



ANEXO III

Termo de compromisso do **RECADASTRAMENTO** **COM ALTERAÇÃO NA RENDA FAMILIAR**

Eu _____,
CPF _____, Prontuário _____, beneficiário(a) do Programa de Auxílio Permanência (PAP) do Câmpus Itaquaquecetuba no ano de 2022, declaro que sou aluno(a) frequente desta instituição e que me responsabilizo em utilizar os auxílios concedidos para os seus devidos fins.

Solicito o **RECADASTRAMENTO** no PAP e renovação dos auxílios para o **1º SEMESTRE LETIVO DE 2023**, e declaro que a última informação socioeconômica apresentada por mim **SE ALTEROU e/ou HOUE MUDANÇAS no meu grupo familiar, assinale com um X:**

- () **ALTERAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS**
() **ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO (Apresentar Comprovante de Residência)**
() **ALTERAÇÃO DE INTEGRANTE(S) DO GRUPO FAMILIAR**

Informe se incluiu ou excluiu alguém. Informe quem e o grau de parentesco:

- () **ALTERAÇÃO DA RENDA DO(S) INTEGRANTE(S) DO GRUPO FAMILIAR**

Informe de quem se alterou a renda e o grau de parentesco:

Eu, _____, estou ciente de que devo informar qualquer alteração de dados à Coordenadoria Sociopedagógica e que, caso decida desistir/abandonar e/ou trancar/cancelar o curso deverei informar formalmente o setor. Declaro, ainda, que estou de acordo com as regras do Programa e os requisitos para participar do **RECADASTRAMENTO**. A omissão ou falsidade de informações pertinente à seleção resultará em exclusão do programa e devolução dos valores por mim recebidos, a fim de ressarcir os cofres públicos da União.

Itaquaquecetuba, _____ de _____ 2022.

Assinatura do(a) estudante

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL, no caso de estudante menor de 18 anos

***Código Penal – FALSIDADE IDEOLÓGICA**

Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão de um a cinco anos e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos e multa, se o documento é particular.